

ave P.5

Jornal de Brasília

27 FEV 1983

Lei ordinária vai tratar da intermediação

A única emenda aprovada ontem, pela Constituinte, retira do novo texto constitucional qualquer referência à intermediação remunerada da mão-de-obra, que deverá ser tratada em lei ordinária.

Por 317 votos a favor, 12 contra e 17 abstenções, foi aprovado destaque do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), do Centrão, suprimindo dispositivo que permitia a exploração remunerada da mão-de-obra. A proposição havia sido incluída no texto constitucional através do substitutivo do próprio Centrão ao Capítulo I dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Até a votação da emenda Daso Coimbra, o plenário havia derrotado três emendas sobre a intermediação da mão-de-obra. Duas delas, apresentadas pelas esquerdas, defendendo a proibição da intermediação remunerada do trabalho na nova Constituição.

Exploração

Durante as votações dos destaques sobre a exploração remunerada da mão-de-obra, o senador Ronan Tito (PMDB-MG), que é contra a intermediação, denunciou que o Senado Federal contratou junto a uma locadora os serviços de limpeza e vigia de 459 empregados, mas não tem como fiscalizar se a empresa realmente fornece este número de trabalhadores.

"O Senado não tem como verificar com exatidão se o contrato está sendo cumprido porque a empresa roda estes funcionários com 100 vindos num dia e outros tantos nos dias seguintes", informou o parlamentar.

Ao defender a emenda da intermediação, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) advertiu que a proibição desta atividade provocaria o desemprego no País. "No momento em que a Constituição for promulgada e a emenda proibitiva estiver em seu texto, mais de quatro milhões de trabalhadores estarão desempregados", ameaçou.

Já o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que defende a proibição da intermediação, respondeu que "estes quatro milhões de párias dos intermediadores poderiam transformar-se em 12 milhões de empregados tal a disparidade do dinheiro que fica com as empresas — da ordem do triplo do salário que é pago aos trabalhadores.

Egídio quer debate para definir líder

O deputado Egídio Ferreira Lima (PE) propôs a realização de um debate com o deputado Ibsen Pinheiro (RS), líder do PMDB na Câmara e candidato a reeleição, para definirem qual é o melhor nome para liderar o partido neste momento de crise. "A liderança do PMDB na Câmara hoje não existe. Entendo que será fundamental a afirmação do partido como força social-democrata a ação do futuro líder", criticou Egídio.

Ibsen Pinheiro comunicou ontem a Egídio que a eleição será na próxima quarta-feira, mas o deputado pernambucano quer que ela seja adiada. "É um equívoco grave fazer esta eleição agora. Devemos esperar o fim da Constituinte quando teremos um gabinete com novas definições políticas. É um grave atentado a representação do PMDB fazer uma eleição desta forma, sem nenhuma divulgação" — disse Egídio.

Ele acrescentou que "não se pode entender a eleição do líder de um partido como o PMDB sem que seja precedida de um amplo, aberto e leal debate". Os temas que quer discutir publicamente com seu concorrente são a relação com o Governo, os trabalhos da Constituinte e a divisão do PMDB: "Um líder com visão poderá evitar a dissidência e concorrer para ajudar o PMDB a encontrar a sua verdadeira identidade".

Os dois candidatos a líder conversaram com o senador Mário Covas mas, apesar de uma discreta superioridade de Egídio junto aos covistas, os vice-líderes do PMDB na Constituinte estão divididos.

Centrão sofre pressão e vota com esquerda

Líderes do Centrão afirmaram ontem que o grupo está sofrendo muita influência das bases eleitorais e por isso alguns constituintes estão votando com as esquerdas. O deputado Luís Eduardo (PFL/BA) disse que os principais responsáveis pelo comportamento de alguns setores do Centrão são entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Central Unica dos Trabalhadores (CUT).

"Ou o Centrão começa a votar como pensa, ou vou levar uns cem votos para a esquerda nas questões mais radicais, como no caso da anistia", disse ontem outro líder do Centrão, o deputado Ricardo Fiúza (PFL/PE).

As emendas aprovadas nos últimos dias pelo plenário da Constituinte continuam provocando muita irritação na cúpula do Centrão. "Tem muita gente aqui no Centrão que está votando contra os seus princípios e os do grupo só pelo medo de não se reeleger", dizia Fiúza, durante a sessão.

JORNAL DE BRASÍLIA

27 FEV 1983